



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH

CURSO BACHARELADO EM HUMANIDADES - BHU

FRANCISCANA ERÊ DE SOUZA DA SILVA

**ACUENDANDO CONSTRUÇÕES DE NARRATIVAS SOBRE SOLIDÃO ENTRE
HOMENS NEGROS GAYS JOVENS NO CONTEXTO ACADÊMICO UNILABIANO NA
CIDADE DE ACARAPE**

REDENÇÃO - CEARÁ

2018

FRANCISCANA DE SOUZA DA SILVA

**ACUENDANDO CONSTRUÇÕES DE NARRATIVAS SOBRE SOLIDÃO ENTRE
HOMENS NEGROS GAYS JOVENS NO CONTEXTO ACADÊMICO UNILABIANO
NA CIDADE DE ACARAPE**

Trabalho de Conclusão de Curso - Modalidade Projeto de Pesquisa - apresentado ao Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como parte do requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Jacqueline da Silva Costa.

REDENÇÃO – CEARÁ

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, que é um estímulo de força e respeito ao meu ser. O meu sucesso será compartilhado com vocês! A minha orientadora Jacqueline Costa pelo acolhimento e orientação, a professora Natália Cabanillas pelas contribuições, a Joalice Conceição pela receptividade, auxílio e carinho. As bichas pretas que lutam contra as diversas formas de dominação dos corpos e subvertem a heteronormatividade branca. A revolução será pintosa, enegrecida e colorida!

Baseada em carne viva e fatos reais
É o sangue dos meus que escorre pelas marginais
E vocês fazem tão pouco mais falam demais
Fazem filhos iguais, assim como seus pais
Tão normais e banais, em processos mentais

Sem sistema digestivo lutam para manter vivo
Morto, vivo, morto, vivo, morto, morto, morto, viva!

Linn da Quebrada – Bomba pra caralho

RESUMO

O presente projeto de pesquisa intitulado “A construção de narrativas sobre solidão entre homens negros gays jovens no contexto acadêmico unilabiano” propõe uma análise interseccional sobre as vivências dos sujeitos perpassados por marcadores sociais da diferença, de gênero, raça, geração e sexualidade que influenciam diretamente em suas experiências e narrativas, compreendendo o que se entende enquanto solidão para esses corpos. Demonstrando por meio de um aparato teórico e epistemológico a construção dessas categorias sociais e como ELAS atuam na forma de dominação dos corpos. A diferença vista como subalternidade, mas que os sujeitos realizam também subversões mediante esses processos de discriminações. A metodologia utilizada é a etnografia e sua observação participante, acrescentando a entrevista semi-estruturada como estratégia de coleta de dados subjetivos. Promoverá visibilidades a narrativas silenciadas historicamente por uma voz hegemônica. Abrindo passos para o planejamento de uma justiça social democrática e elaboração de políticas públicas específicas.

Palavras – chaves: interseccionalidade; narrativas; solidão; justiça social

ABSTRACT

This research project “The construction of narratives about loneliness among black young men and gay in the *unilabiano* academic context”, proposes an intersectional analysis on the social experiences of the subjects perpassed by social markers of change that influences their experiences and narratives, understanding what is meant while solitude for these bodies crossed by gender, race, generation and sexuality. Demonstrating theoretically and epistemologically the construction of social categories and how THEY acts in the domination of bodies. The difference is perceived as subalternity, but the subjects also perform subversions through these processes of discrimination. The methodology used is an ethnography and its participant observation, adding a semi-structured interview as a strategy of subjective data collection. It will promote visibilities to narratives silenced historically by a hegemonic white and heteronormative voice, opening steps towards the planning of a democratic social justice and elaboration of specific public policies.

Keywords: intersectionality; narratives; solitude; social justice.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. PROBLEMATIZAÇÃO	10
3. OBJETIVOS	12
4. JUSTIFICATIVA	13
5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
<i>5.1 - Interseccionalidade: abordagem de um conceito</i>	16
<i>5.2 - Masculinidades: entrecruzamento de gênero, raça e sexualidade</i>	19
<i>5.2.1 - Raça como construção sociológica e ideológica</i>	21
<i>5.2.2 - Dobramentos</i>	25
<i>5.2.3 - Sexualidade: O dispositivo de poder e a produção de corpos educados</i>	26
6. METODOLOGIA	29
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

1. INTRODUÇÃO

As narrativas sobre solidão entre homens negros gays jovens são verbalizações que se fazem presentes nas relações sociais e/ou plataformas virtuais que colocam em xeque a dimensão espaço/tempo desafiando a lógica do face a face. Por meio de uma perspectiva interseccional que aborda os processos sociais de dominação e hierarquias estruturais para com os sujeitos que possuem em seus corpos diferentes identidades geradas pelos marcadores sociais da diferença (gênero, raça, classe, geração, sexualidade) essa ferramenta – *interseccionalidade* - se constitui como um **método qualitativo** (GIDDENS; SUTTON, 2016) na compreensão de desigualdades sociais promovendo desnaturalizá-las.

A abordagem interseccional na compreensão das narrativas sobre solidão promove pensar nas especificidades dos sujeitos, desnaturalizando a universalidade ocidental de que todos os homens e homossexuais masculinos são iguais, e que partem do mesmo lócus social. Mas, refletindo sobre a atuação de marcadores sociais da diferença que atuam nas experiências sociais dos sujeitos assim como estão implícitos e/ou explícitos em suas narrativas.

Transformando o fenômeno da solidão como fato e problemática social que atinge determinados corpos marcados socialmente pelas categorias de gênero, geração, raça, classe e sexualidade. A presente indagação surge quando começo a pensar: *Como se constroem as narrativas sobre solidão entre homens negros gays jovens no contexto acadêmico unilabiano na cidade de Acarape, Ceará?* Levando em consideração as influências dos estudos de questões étnico-raciais e de gênero presentes no contexto acadêmico. De maneira informal já desenvolvi um diálogo com um discente no campus dos Palmares (Acarape) sobre tal problemática que surgiu também como incentivo de pesquisa e interpretação desse fato/caso.

Desse modo, o referido projeto nasce como um processo de compreender a construção das narrativas sobre a solidão entre homens negros gays jovens no contexto acadêmico unilabiano no campus dos Palmares, no interior do Ceará na cidade de Acarape, região Maciço de Baturité por meio de uma perspectiva interseccional.

O estudo de caso surge não apenas como pesquisa acadêmica de compilação de dados, mas um projeto de justiça social democrática e visando a geração de políticas públicas a partir da visibilidade dada a essas narrativas que por muito tempo foram negados espaços de fala e de existência no território acadêmico. Percebendo os

interlocutores como seres sociais e com suas subjetividades. Dialogando ao que propõe a filósofa negra Djamila Ribeiro (2017) em romper com um discurso autorizado e uma fala única que desde sempre foi destinando ao homem branco heterossexual. Mas, o que são lidos enquanto subalternos e abjetos enunciarem seu lugar de fala. Os interlocutores possuem em seus corpos marcadores sociais que serão vistos agora não apenas como categorias fixadas, mas como uma estratégia e perspectiva epistemológica proposta por Collins (apud SARDENBERGE, 2002) de “se teorizar sobre as hierarquias produzidas pela interseccionalidade.” (p. 110).

A metodologia utilizada será a etnografia como compreensão das vivências sociais e interpessoais dos interlocutores. Uma observação participante típica do modelo etnográfico, que significa uma imersão do pesquisador no contexto social dos pesquisados, entra como uma estratégia de articulação de coleta de dados. Mas, para além de uma observação do território e dos interlocutores com suas performances a entrevista entra como um acréscimo na coleta de dados subjetivos (BONI; QUARESMA, 2005). Através da etnografia, observação participante e entrevista semi-estruturada praticar um exercício de alteridade (OLINDA, 2010) na relação entre o pesquisador e interlocutores para que se possa dar início uma escuta sensibilizada para com suas narrativas e vivências sejam elas pessoas, interpessoais e/ou sociais.

A interseccionalidade é um dos conceitos centrais no projeto de pesquisa sendo o primeiro a ser teorizado. Utilizada como uma perspectiva epistemológica e de justiça social. A fundamentação teórica consta de um tema central intitulado de *Masculinidades: entrecruzamento de gênero, raça e sexualidade*, que será afinado ao longo de sua construção subdivido em três tópicos que situam as dominações e hierarquias sociais de gênero – masculinidades, raça e sexualidade nas experiências sociais dos sujeitos dando conta dos marcadores sociais da diferença, pois esses influenciam em suas trajetórias de vida e narrativas. Um aparato teórico-epistemológico demonstrando a construção social e histórica das categorias que subalternizam determinados corpos na pirâmide social.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

A solidão enquanto um fato social está entrelaçado por diferentes fatores sociais que compõe esta problemática. Mas, se dá de forma diferente dependendo do contexto sociocultural e das características cromáticas e da sexualidade dos corpos que habitam estas territorialidades.

Atualmente é notória a verbalização e/ou propagação por meio de práticas discursivas sobre a solidão do homem negro homossexual, sejam por meio das redes sociais, das tecnologias virtuais que colocam em cheque a dimensão espaço – tempo construindo novas realidades ou confrontando a realidade atual ou mesmo a presença física – o corpo como política de denúncia, resistência ou construção de luta – que expõe as hierarquias construídas socialmente sobre seus corpos. Afetando assim suas afetividades, sociabilidades e principalmente seu corpo.

Mas, as denúncias desses corpos são visualizadas - percepção está por meio da visão enquanto fenômeno físico (órgão do sentido) e não como visualidades culturais, que propõe refletir essas problemáticas como fato social, marcadas assim por códigos culturais e convencionais transpassadas por construções socioculturais que produzem hierarquias por meio de preconceitos e discriminações - no contexto atual como MIMIMI. Forma esta que deslegitima, desqualifica e despolitiza a construção e a denúncia das narrativas produzidas por esses sujeitos.

No texto *Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?* Sardenberg (2002) disserta sobre o conceito de interseccionalidade na visão da feminista negra norte-americana Patricia Hill Collins que propõe pensar nas hierarquias produzidas pela intersecção de gênero, raça e classe ou mesmo sexualidade, não apenas como identidades específicas, mas como uma perspectiva epistemológica, ou seja, “de se teorizar sobre as hierarquias da interseccionalidade” (p. 110). A produção de epistemologias como transformação social, política e emancipadora. A solidão sentida e pronunciada por esses corpos requer uma visão interseccional sobre suas vivências e/ou experiências sociais que perpassam as questões raciais, de classe, geração, sexualidades e masculinidades, que envolvem olhares críticos sobre as estruturas sociais e suas dominações por meio das relações interpessoais.

A construção da homossexualidade como do sujeito/corpo *homossexual* é uma produção social que levam em consideração diferentes agentes sociais. Segundo Guacira Lopes Louro, a homossexualidade/homossexual é uma criação do século XIX,

onde cada instituição dará significados aos sujeitos. Relacionando com uma perspectiva interseccional no mesmo século (XIX) a raça, compreendida aqui como uma construção sociológica de dominação e exclusão (MUNANGA, 2004) tornou-se um paradigma científico na produção de teorias raciais na justificação para exploração, dominação e desumanização dos corpos negros. Teorias sobre criminalidade como de Cesaro Lombroso (1891; 2); Teoria de Beleza de acordo com os ângulos do rosto (CASTRO, 2012), dentre outras. A separação dessas duas categorias - negro e homossexual - como algo não complementar, se perderá uma série de produções que agirão como forma de poder sobre determinados corpos que serão demarcados por meio de uma lógica cromática, como também de uma sexualidade “*desviante*”, “*anormal*” e “*doentia*”. Como o filósofo francês Michel Foucault (1993) expõe, a sexualidade é um dispositivo histórico de poder. Analisando a construção de conceitos carregados de um aparato político - ideológico e uma lógica branca, cisnormativa e heterossexual.

Porque somente no século XIX a homossexualidade torna-se uma construção social, já que a mesma como prática existia há muito tempo? Porque a raça torna-se uma categoria/marcador social de racialização no século XIX? Inúmeros discursos e teorias científicas entram em cena na construção dessas categorias – colonial, médico, psiquiátrico, biológico, antropológico, etc. O processo de colonização dos territórios extra europeu é um recorte histórico imprescindível para articulação das categorias sociais e seus lugares de subalternidade.

Com os processos sociais, históricos e políticos a concepção de solidão possivelmente ganha reorientações e experiências sociais/interpessoais particulares, específicas quando se intersectam os marcadores sociais gênero, raça, classe, sexualidade, geração. O que consiste enquanto solidão para esses corpos negros homossexuais que não estão enquadrados na lógica da branquitude e cisnormatividade? A filósofa política negra Djamila Ribeiro (2016) ao falar sobre relações interracialis e a solidão da mulher negra em um vídeo gravado pela TV Boitempo, expressa que “há corpos que nasceram para serem amados e outros não”. São experiências sociais diferentes marcadas pelo gênero, sexualidade. Mas, que permitem pensar sobre a solidão enquanto um fenômeno social e a construção de afetividades.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender a construção das narrativas sobre a solidão através de homens negros homossexuais jovens no contexto acadêmico unilabiano no interior do Ceará na cidade de Acarape, região Maciço de Baturité por meio de uma perspectiva interseccional.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Relacionar por meio da construção discursiva uma perspectiva interseccional entre gênero, raça, classe, sexualidade e geração.
- b) Compreender o que se constitui como solidão para os corpos negros de homens homossexuais jovens.
- c) Ilustrar os processos de sociabilidades e afetividades por meios das relações interpessoais.

4. JUSTIFICATIVA

A construção de narrativas sobre solidão entre negros homossexuais jovens é um processo emergente e significativo no contexto atual, mas que existem poucas ou talvez “nenhuma” (mediantes pesquisas procuradas) produções acadêmicas sobre esta problemática social. Antes, a ciência, ou seja, a produção de epistemologias, por meio de ideologias dominantes, classistas, brancas e heterossexuais enunciou o outro a partir de si, problemática esta persistente desde a colonialidade do poder com o sistema mundo moderno e suas produções de dualidades e binarismos carregadas de aparatos político-ideológico por meio de uma lógica de dominação e hierarquização dos corpos.

O “outro” construído pela lógica da *diferença* e que não contempla as normas sociais de cor e sexualidades, enuncia seu discurso em forma de denúncia – *o corpo político* – que não podem ser separadas de uma lógica ideológica histórica. Dialogando com o *Lugar de fala* proposto no livro *O que é lugar de fala?* (2017), a feminista negra e filósofa política Djamila Ribeiro, bebendo de outras fontes, em específico de feministas negras como Patricia Hill Collins, proporciona pensar sobre o conceito como um rompimento com o discurso único e autorizado. Historicamente situado sobre as vozes e corpos masculinos, brancos e heterossexuais. Propondo uma pluralidade de vozes. Mas, será se essa voz subalterna será ouvida? As lutas promovem perspectivas para que outros corpos enunciem seus lugares de fala silenciados. Compartilho com Conceição Evaristo sobre “a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada” (EVARISTO, 2017 apud RIBEIRO, p. 76, 2017).

Inicialmente a academia – *homens de ciência* que produziram a partir de um título acadêmico formas de hierarquização, dominação e exclusão – enquanto espaço de poder ocupado por determinados corpos/sujeitos, possui uma dívida de reparação histórica, devendo buscar promover ações afirmativas e lugares de escuta na construção conjunta com coletivos, movimentos sociais, uma sociedade plural, democrática e emancipadora. Pois, conhecimento emancipador é aquele que liberta.

O referido projeto nasce como uma forma de promover visibilidades a lugares de fala historicamente silenciados por lógicas ideológicas e políticas sociais. Compreendendo por meio de uma perspectiva interseccional de gênero, raça, classe,

sexualidades, geração e geografia dos territórios sobre como a solidão e sua construção de narrativas são diferentes para os sujeitos, desnaturalizando as narrativas ocidentais de universalização das identidades e diferenças. Promovendo uma estratégia epistemológica de não ver os corpos perpassados por marcadores sociais da diferença enquanto específicos, mas como estratégia epistemológica se teorizar sobre as hierarquias da interseccionalidade proposta por Patricia Hill Collins (SARDENBERG, 2002, p. 110). Uma forma até de desarticular a estratégia da colonialidade do poder de perceber as diferenças enquanto estabilizadas e essencializadas. Mas, a partir delas criarem pontos de partida na construção de um conhecimento político específico que se possa amplificar. Já que o processo da colonialidade se deu de modo contrário, universalizando a partir de um ponto geral.

As experiências sociais que possuo enquanto uma travesti negra do interior de Ceará me proporcionou a construir a partir de marcadores sociais da diferença uma narrativa sobre solidão. Enquanto, um corpo negro e travesti que foge das normas sociais, de gênero e sexuais assim como de características cromáticas. Antes do torna-se e reconhecer como Travesti – cisgênero – experienciava a solidão relacionada a afetividades na adolescência. Percebia que um bom tratamento a todos não me dava um status de ser amada. Mediante aos conhecimentos acadêmicos e extras, consolidei pensamentos críticos sobre esses processos sociais e interpessoais sobre a negação do amor, do carinho, da afetividade, da vida – ou seja, o status de humana. Torno visível e público as experiências como forma de pensar as outras, mas não como um discurso único universalizado de experiências identitárias. Mas, de que todos partimos de lugares diferentes no lócus social.

Na conjuntura política atual os discursos fascistas emergentes – racistas, machistas e LGBTfóbicos - disfarçados de homens e mulheres de bem assim como portadores dos bons costumes e a da moral atacam os direitos humanos e o status da vida. Um processo de higienização social perpassada pelo ato discursivo deseja construir uma nação que seja branca e heterossexual. Esses discursos são legitimados por lideranças políticas e/ou religiosas. Um candidato à presidência da república neste ano de 2018, eleito para a presidência em 2019, carrega consigo as marcas de um ditador fascista. Então, são práticas de discriminação e risco de vida legitimados pelo próprio Estado brasileiro.

Sim, valeria muito a pena estudar clinicamente, no pormenor, os itinerários de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que traz em si um Hitler que se ignora, que Hitler vive nele, que Hitler é o seu demónio, que se o vitupera é por falta de lógica [...] (CÉSAIRE, 1978, p. 18).

As ameaças fascistas retornam a sociedade em que muitos lutam por uma perspectiva democrática de direitos. São atos discursivos que colocam vidas em estado de mortos vivos ou mesmo mortas, na evocação falseada dos resgastes de costumes tradicionais que perpassam questões de gênero e sexualidade como uma perspectiva étnico-racial na construção do Estado Nação. O presente projeto poderá dar relevância social no que diz respeito de como a vida de sujeitos lidos enquanto abjetos importam e que suas experiências sociais são perpassadas por marcadores sociais da diferença construídos historicamente e socialmente como fatores de dominação visando desnaturalizar as hierarquias sociais e sua geração de subalternidades. Assim como uma promoção de justiça social democrática e geração políticas públicas.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.1 - *Interseccionalidade: abordagem de um conceito*

A interseccionalidade é um conceito que entra como um paradigma prático e teórico dentro do movimento feminista, que por início universalizou a categoria *mulher*, oriunda da segunda onda do feminismo (PISCITELLI, 199). As mulheres negras partiam de lugares de fala diferentes, tendo seus corpos racializados pela construção social do racismo e da ideia de raça, constitutiva da modernidade, como nos demonstra Aníbal Quijano (2005), por meio das relações de poder. Raça compreendida aqui como construção sociológica de exclusão e dominação (MUNANGA, 2004). O termo segundo Gomes (2017) é ressignificado e politizado pelo Movimento Negro brasileiro, desvelando a sua criação nas relações de poder (GOMES, 2017). Essa categoria de início beneficiava mulheres brancas de classe média do eixo euro-americano. De início universalizou o sujeito feminino e suas experiências que eram diversas:

As críticas das mulheres negras ao essencialismo do feminismo convencional permitiu instalar a crítica e enfatizar que as feministas que pretendem falar por todas mulheres não tomam em atenção a classe, a “raça”, a orientação sexual etc. (Collins, 1990; Hooks, 1984; Mahalingam, Balan, & Haritatos, 2008). O feminismo negro criticou assim a agenda do feminismo liberal da época (protagonizado, por exemplo, por Betty Friedman) por não se sentirem representadas. A agenda política e certas lutas do feminismo da época excluíam por completo as experiências das mulheres negras (NOGUEIRA, 2013, p.231).

A essencialização dos sujeitos faz difundir generalizações, partindo e fixando lógicas universais de que todos possuem as mesmas experiências sociais, partem do mesmo *locus* social, ocupando assim os mesmos lugares na pirâmide social e suas hierarquias. Mas, levando em consideração os marcadores sociais da diferença criados em contextos sociais, políticos e econômicos mediante a contextos históricos, perceberemos a atuação sobre os corpos de determinadas hierarquias sociais que geram desigualdades em situações de subordinação e opressão, assim como de privilégios. O termo ficou popularizado e foi utilizado pela primeira vez pela advogada e acadêmica estadunidense Kimberlé Crenshaw nos anos 80 (NOGUEIRA, 2013). A interseccionalidade demonstra como os marcadores sociais da diferença: gênero, raça, classe, sexualidade, geração, corpo, dentre outros se articulam, se entrecruzam na

produção de desigualdades sociais - gerando subordinação, opressões – através das experiências sociais dos sujeitos e sua multidimensionalidade. Mas, se determinados corpos são postos a sistemas de opressão, já outros são privilegiados com tal sistema de hierarquia. A interseccionalidade nos propõe a pensá-la como:

A recusa da essencialização, a inter-relação entre opressão e privilégio e o contexto são elementos fundamentais para se compreender a teoria da interseccionalidade. É necessário estar atenta e teorizar privilégios e opressões, não como estatutos fixos mas sim como estatutos fluidos e dinâmicos, permeáveis à mudança quer nas opressões quer nos privilégios quer nos contextos (NOGUEIRA, 2013, p. 234).

Essa ferramenta **epistemológica – prática** é um processo de recusa de essencialização, de que todos os sujeitos partem das mesmas posições sociais e possuem as mesmas experiências. Permite-nos compreender a complexidade da vida social perpassada pelas relações de poder. Relacionando opressões e privilégios. Considero imprescindível a contribuição de Collins de propor a teoria interseccional como uma perspectiva epistemológica de se teorizar sobre as hierarquias da interseccionalidade (COLLINS, 1990 apud SARDENBERG,). Esse processo de teorização das hierarquias interseccionadas produzidas pela inter-relação das categorias permite desnaturalizar as desigualdades sociais (BASTOS, 2013) e os processos de construções de dominação e exclusão permeadas pelas relações de poder.

A identidade segundo Adrien Wing (Apud,NOGUEIRA, 2013) é multiplicativa e não aditiva. São categorias que se articulam. Segundo Nogueira (2013) não como acúmulo de pertenças:

Todas as facetas da identidade são partes integrais inter-relacionadas de um todo complexo, sinérgico e infundido que tornam tudo completamente diferente quando são ignoradas, esquecidas ou não nomeadas. A metáfora dos ingredientes parece ser considerada útil para explicar a interseccionalidade. O resultado final de uma receita contem todos os ingredientes, mas nenhum é reconhecível nas suas formas separadas. Os ingredientes ficam de tal forma fundidos que não podem ser separadas outra vez.

As categorias estão entrelaçadas como ingredientes de uma receita. Caso separadas influenciam/excluem processos discriminatórios e desiguais nas relações e experiências sociais dos sujeitos, levando a processos de generalizações e/ou essencializações. As suas articulações/intersecções são pontos essenciais na formação

das trajetórias dos corpos e instrumento de compreensão da complexidade social e suas relações assimétricas. As especificidades das experiências dos sujeitos são pontos realçados no processo interseccional. Promovendo reflexões sobre os diferentes pontos de partida. Ligando trajetórias de vida a processos sociais de desigualdades, invisibilização.

Os marcadores sociais da diferença que articulados e se entrecruzando gerarão experiências de opressões e privilégios, não devem ser vistos apenas como categorias fixas, mas como uma perspectiva epistemológica de se teorizar sobre as hierarquias da interseccionalidade (COLLINS, 1990 apud SARDENBERG, 2002).

O conceito dialoga com as contribuições propostas no livro de Nilma Lino Gomes (2017) *Movimento Negro Educador: saberes construídos na luta por emancipação*, que dialogando com SANTOS (2009) percebe as experiências sociais como produtoras de conhecimento. A partir de experiências sociais de exclusão e dominação dos corpos negros devido a processos históricos, políticos e sociais brasileiros com legado de participação europeia. O Movimento Negro e de Mulheres Negras articulam agendas de lutas e produções teóricas epistemológicas sobre as experiências sociais dos negros pautando uma luta antirracista. A autora destaca o papel do Movimento Negro brasileiro como educador, produtor de saberes emancipatórios e sistematizador de conhecimento sobre a questão racial no Brasil (GOMES, 2017).

Utilizar essa ferramenta também como processo construtivo de uma realidade social mais democrática. Usá-la como instrumento de práticas no exercício da cidadania, promoção de políticas públicas e articulação dos movimentos sociais. Realizando uma ligação ao que foi proposto por Hancock (apud GIDDENS; SUTTON, 2016): “Sugeriuse nos últimos anos que a política social deve se concentrar na interseccionalidade para que uma legislação igualitária se efetive. ” Uma metodologia de **método qualitativo** (GIDDENS; SUTTON, 2016) em oposição ao tradicional método realizado na perspectiva de classe, que por ventura perdeu diferentes dimensões da complexidade social, ao excluir e silenciar processos de vivências dos sujeitos perpassados pelo gênero, raça, classe, corpo, sexualidade.

5.2 - Masculinidades: entrecruzamento de gênero, raça e sexualidade

As masculinidades são padrões socialmente construídos de práticas de gênero. Esses padrões são criados por meio de um processo histórico com dimensões globais. (CONNELL, 2016, p. 94)

As masculinidades são construções sociais em que os corpos masculinos incorporam e corporificam determinadas regras, normas de gênero, valores, ritos e códigos. Onde muitos buscam/almejam a virilidade. Welzer-Lang (2001) demonstra esse processo de construção das masculinidades por meio do conceito “*A Casa dos Homens*”, onde pequenos projetos de homens constroem o corpo e a sexualidade. A estruturação e idealização dessas masculinidades são perpassadas pelo sofrimento, um dos não ditos no processo de formação do masculino, por meio dos processos de homossocialização nos espaços monossexuados que são ditos por excelência de uso masculino.

O pequeno homem deve aprender a aceitar o sofrimento – sem dizer uma palavra e sem “amaldiçoar” – para integrar o círculo restrito dos homens. Nesses grupos monossexuados se incorporam gestos, movimentos, reações masculinas, todo o capital de atitudes que contribuirão para se tornar um homem (WELZER-LANG, 2001, p. 463).

Nesse processo de (in) corporação das masculinidades um dos objetivos centrais - destaque considerável – são os distanciamentos das performances socialmente construídas, ditas e lidas como femininas. Segundo Welzer – Lang (2001) a educação de homens e mulheres se dão por mimetismo e que o mimetismo masculino é de violências. Inicialmente uma guerra contra si e depois contra o outro. Submete ao modelo, mas se obtém privilégios com o mesmo. O privilégio se constrói na violência ao próximo. Masculinidades construídas e perpassadas pela violência de gênero. A virilidade concede privilégios.

É verdade que na socialização masculina, para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher. O feminino se torna até o polo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser tratado (mal) tratado como tal (WELZER-LANG, p. 465).

A misoginia torna-se uma opressão decorrente e constitutiva das masculinidades. O feminino se constitui enquanto o “*outro*”. O corpo e a performance que se deve distanciar da performatividade masculinizada. Mas, a categoria “*outro*” engloba não só

mulheres, mas também crianças e homens “*anormais*”. Excluindo-os do grupo dos homens. Ou seja, “nem todos os homens têm o mesmo poder ou os mesmos privilégios” (WELZER-LANG, 2001). O recorte da sexualidade e a produção do heterossexismo é um ponto fundamental trago pelo autor. Essa masculinidade construída é relacionada a um único modelo de sexualidade – normatizada na heterossexualidade. As relações sociais entre os sexos devem ser percebidas de maneira transversal (WELZER-LANG, 2001), afetando tanto homens como mulheres e as relações entre os ambos. Essas considerações levam marcadores sociais da diferença na construção das experiências sociais dos sujeitos, obtenção de privilégios, como na subordinação de outros corpos.

As contribuições de Welzer-Lang (2001) são importantes para refletirmos os processos de construção e incorporação das masculinidades. Mas, os aspectos desenvolvidos por Connell (1995) em *Políticas da Masculinidade* ganham dimensões mais amplas sobre o gênero e as masculinidades. Definindo-a como “uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero (1995, p. 188)”.

A configuração de prática enfatiza o que é realizado e não esperado, imaginado. Ou seja, o que os corpos executam, fazem. Prática está relacionada a uma racionalidade e um sentido histórico. O gênero é dinâmico, complexo, contraditório e histórico. A posição dos homens é permeada pelas relações sociais e seus processos ligados ao corpo. Estrutura das relações de gênero significa enfatizar que o gênero possui um aspecto amplo, para além da interação face a face entre homens e mulheres (CONNELL, 1995) – “(...) englobando a economia e o estado, assim como a família e a sexualidade, tendo na verdade uma importante dimensão internacional”. Essa amplitude do gênero destaca o papel imprescindível das pedagogias culturais (escola, família, religião, Estado, meios de comunicação em massa, produções cinematográficas) e as relações socioeconômicas na formação das subjetividades dos sujeitos como do próprio corpo inserido nas relações sociais.

Connell (1995) demonstra de forma didática em três pontos um reajuste sobre a narrativa convencional de construção das masculinidades. O primeiro seria adotar uma das formas de masculinidade para se pensar o geral. Diferentes masculinidades são produzidas dentro do mesmo contexto social. Sendo contraditória a si mesma. Segunda seria pensar o gênero como “molde social estampada na criança”. Implica uma análise complexa sobre as relações de adoção da masculinidade e suas relações de produção: “Essa visão subestima os prazeres e as emoções de se entrar num mundo generificado

(*gendered*) e de se apropriar da masculinidade – prazeres que são muitos claros, por exemplo, nas narrativas autobiográficas sobre homens e esportes ou sobre homens e carros” (1995, p. 190). Pensá-la como um projeto como o autor propõe. Um encontro complexo de instituições e forças culturais por meio de uma relação dialética. Visto que esses corpos poderão aceitar ou reagir ao que será imposto como norma. Terceiro seria a masculinidade tanto como um projeto individual como coletivo. As representações de forças militares, torcidas de futebol.

5.2.1 - Raça como construção sociológica e ideológica

A categoria *raça* é uma ideia, construção mental (QUIJANO, 2005) proveniente da modernidade/colonialidade e seu projeto epistemológico europeu (BELIZÁRIO, 2016) como forma de justificar as dominações, hierarquizações impostas aos povos colonizados na América e posteriormente em outros continentes externos ao europeu. A racialização segundo Quijano (2005) gerou a divisão racial do trabalho, fundamentada sobrea perspectiva de raça. O início do sistema capitalista, lido muitas vezes sobre uma perspectiva de classe, que por conta de levar em si apenas um marcador social da diferença perdeu uma complexidade das relações sociais e suas produções de desigualdades fundamentadas nas categorias produzidas pela dominação colonial, contou com a força de trabalho dos corpos negros no processo de sua construção e manutenção. Essas identidades produzidas sobre a ótica do homem branco europeu heterossexual foram associadas a lugares que esses corpos ocupariam na pirâmide social.

As novas identidades históricas produzidas sobre a idéia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transforma-se (QUIJANO, 2005, p. 118).

O corpo foi um processo de exploração do ser por meio de uma lógica eurocêntrica baseada na dominação usando a raça como justificativa em seu sentido biológico. As relações de poder instituídas por meio do processo colonial estigmatizaram e desumanizaram o corpo negro. Ou seja, se tornou subalternizado. O status de humano e o símbolo da liberdade eram expostos por meio da comunicação visual entre brancos e negros.

A ideologia racista além de suas práticas coloniais teve no século XIX seu fundamento epistemológico com caráter eugenista e racializador. Essa ideologia, “*pois esconde dois fatores: as relações de poder e a dominação*” (MUNANGA, 2004) racista, essencialista, pois diz o que é ser negro e que todos são iguais e que naturaliza as raças sociais, compreendendo a categoria *raça* aqui como uma construção sociológica de exclusão e dominação (MUNANGA, 2004) advém, sobretudo do século XIX, quando *raça* se torna um paradigma científico (SCHWARCZ, 1993).

Mediante a construção social da *raça* surgem no seio do racismo científico duas linhas de pensamento intituladas de monogenistas e poligenistas. Dominante até meados do século XIX, os monogenistas acreditavam em uma humanidade una, possuindo influências de leituras bíblicas, bebendo das fontes do Iluminismo e de uma visão humanista. Os poligenistas compreendiam a origem como vários centros de criação, amparando-se em questões biológicas deterministas. Utilizarão da *antropometria* e da *frenologia* como teorias e práticas para classificar e hierarquizar as diferentes “raças humanas” por meio do tamanho e proporção do cérebro (SCHWARCZ, 1993).

A *eugenia* surge então como movimento social e científico na forma de intervir segundo Schwarcz (1993) na reprodução das populações. O termo foi criado em 1883 pelo britânico Francis Galton por meio do livro *Hereditarygenius*, texto fundador da eugenia (1869). Galton postula por meio de um método estatístico e genealógico que a capacidade humana é função da hereditariedade e não da educação (SCHWARCZ, 1993). Marcando aqui os caminhos para as produções do racismo científico do século XIX. Um determinismo biológico que classifica e hierarquiza os corpos negros nas relações sociais, produzindo experiências sociais de subalternidade. Ora marcados pela raça, ora pelo gênero, classe social, sexualidade ou mesmo uma multiplicação desses marcadores – *a produção de um não ser*.

Segundo Almeida (2018) “*Ser branco é atribuir identidade aos outros e não ter identidade. É uma raça que não tem raça (p.60)*”. O ser se constitui enquanto aquele que atribui identidade ao que se denomina enquanto “*outro*”. Atribuição com cargas de relações de poder político-ideológicas, econômicas e dominação.

Um das definições de racismo propostas por Munanga (2004) é fundamental na reflexão da relação entre a natureza e cultura imbricada as relações de poder propostas por essa ideologia de dominação dos corpos negros pautadas em um determinismo biológico e até mesmo geográfico, já que os próprios territórios foram

frutos de exploração pelos colonizadores. Uma relação estabelecida de que os comportamentos dos sujeitos seriam decorrentes de suas características fenotípicas.

[...] o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário racista não é exclusivamente um grupo definido por traços físicos. A raça, em sua concepção, é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores (MUNANGA, 2004, p. 24).

Essas produções “teóricas” racistas do século XIX deixaram resquícios no imaginário social e coletivo da sociedade e de quem a compõe. O que gera mortes a população negra, em específico a juventude negra; encarceramento em massa de homens negros; pouquíssimas oportunidades no mercado de trabalho; mulheres negras empregadas domésticas em situações de subalternidade; invisibilização da produção de epistemologias por intelectuais negras e negros.

A construção desses saberes até então proclamados como científicos e seu status social de verdade, implicará nas relações sociais produzindo corpos/sujeitos, como nos propõe Achille Mbembe (2014): *“O negro não existe, no entanto enquanto tal. É constantemente produzido. Produzir o negro é produzir um vínculo social de submissão e um corpo de exploração [...]”*. Essa frase nos propõe a considerar que as representações sociais dos negros por meio de lógicas hierárquicas perpassam para além do período de escravização legitimada (por mais que sabemos que esse processo de exploração dos corpos negros e sua constante desumanização se remodelaram e persistem nas relações raciais e sociais devido às mudanças no sistema capitalista e como nas relações sociocultural).

Destacamos o considerável papel das pedagogias culturais, como cinema, televisão, dentre outros meios de comunicação e o sistema socioeconômico, já que a raça é um substrato do capitalismo (ILGES, 2018), como constituintes dessas produções de subalternidades relacionadas a marcadores sociais da diferença. Almeida (2018) revelando sobre as mudanças sociais, históricas e econômicas como destacadas acima, comenta:

Em uma sociedade que se apresenta como globalizada, multicultural e constituída de mercado livres, “o racismo não ousa se apresentar sem disfarces”. É desse modo que o racismo passa da destruição das culturas e dos corpos com ela identificados, para a domesticação das culturas e de corpos (ALMEIDA, 2018, p. 56).

O controle dos corpos pelo Estado tem uma lógica de raça implícita ou mesmo explícita em suas relações com a população e seu contexto social. O apartheid socioeconômico é uma característica de domesticação desses corpos pelo governo. Segundo Almeida (2018) “esse grupo discriminado será enquadrado em uma versão de humanidade que possa ser controlada empregando valor e significado a essa cultura”. Guetos são formados nas zonas urbanas ou mesmo interioranas (vista a concentração de pesquisas em grandes cidades) dando lugares de participação no meio social de modo diferenciado de acordo com gênero, raça, classe, sexualidade, geração, nacionalidade, etc. Pois, esses sujeitos, em específico os negros, partem de lugares sociais diferentes. Até entre os negros dependerá da variação entre os marcadores da diferença.

A raça não é só ideologia do governo, mas também uma tecnologia segundo Mbembe (2013). Administra os corpos, controla por meio de práticas de prevenção antes de realizações tidas como “suspeitas”. Mas, pensamos que poderá ganhar um status de política da vida, formação de territórios. Dimensões mais amplas. Aqui entra as contribuições de Silvio Almeida sobre o que é racismo estrutural e a constituição do estado racista: “*O controle da população pelo Estado, que engloba o processo de formação das subjetividades adaptadas ao capitalismo, depende de um planejamento territorial que permita o controle e a vigilância da população* (p. 78)”.

A constituição e formação do território brasileiro excluía ou mesmo a realização de práticas genocidas (extermínios) os corpos negros da formação do Estado Nação. Uma nacionalidade que se via com ideal de brancura. Iniciando com o processo histórico da mestiçagem, vangloriada por muitos como símbolo da cultura nacional e a representação do povo brasileiro, sustentada pelo mito da democracia racial. O quadro *A Redenção de Cam* (1895) de Modestos Brocos explicita esse desejo da elite intelectual branca brasileira.

Mas, apesar da dominação colonial e pós-colonial ocorreram processos de resistência da população negra aos efeitos das discriminações construídas pelos colonizadores e em manutenção pela elite intelectual e branca brasileira. Destaca-se o papel de imprescindível importância social, política e emancipatória do Movimento Negro e de Mulheres Negras brasileiro. No capítulo 1 de seu livro titulado como *Movimento Negro Educador: saberes construídos na luta por emancipação* (2017) Nilma Lino Gomes como citado acima, destaca o papel essencial do movimento negro e de mulheres negras como principal articulador de conhecimento sobre a questão racial no Brasil. Segundo a autora o movimento social negro ressignifica e politiza a categoria

raça, desvelando a sua criação nas relações de poder. Movimento que educa e produz saberes emancipatórios.

A produção de uma contra – narrativa hegemônica que coloca em xeque as produções coloniais sobre as identidades historicamente produzidas atribuirá um caráter político a essa categoria – *raça* – estigmatizada, subalternizada. Raça utilizada agora como construção social e categoria analítica.

5.22 - Dobramentos

Essas produções nos possibilitam a repensar as masculinidades entrelaçadas por marcadores sociais da diferença que se entrecruzam de acordo com as experiências sociais do sujeito. Problematizando a universalização da categoria homem, pois nem todos serão beneficiados pela masculinidade e seus privilégios, que dever ser compreendida de forma plural – *masculinidades*. A masculinidade ideal será aquela que possuem em seu corpo marca de cor e sexualidade normatizada – homem branco heterossexual (SOUZA, 2009).

Segundo Cecchetto (2004:66-68), conforme citado por Souza (2009, p. 109) em oposição a masculinidade hegemônica será produzida uma subalterna: “*A definição da masculinidade um procedimento político envolve a criação de outros que sirvam como pano de fundo contra o qual se constrói a [masculinidade hegemônica] por oposição à [masculinidade subalterna]*”. Os homens, por mais que sejam participantes de uma categoria universal, estão vulneráveis a hierarquias de acordo com marcadores sociais e seus contextos:

A extensa bibliografia sobre mulheres, *gays* e minorias étnicas apontam o homem heterossexual como seu principal adversário e alvo de suas reivindicações (Nolasco, 2001), entretanto, estes trabalhos não consideram as diferenças que existem entre os próprios homens, afinal os homens não possuem ou compartilham uniformemente do poder, há hierarquias entre os homens de acordo com sua classe, origem social, grupo étnico, religião, obviamente, orientação sexual. Os homens não são um monobloco. (SOUZA, 2009, p. 99).

As masculinidades devem ser analisadas por meio de uma perspectiva interseccional, onde se entrecruzam marcadores sociais da diferença que geram hierarquias sociais sobre um corpo, que dependerá de sua cor, gênero, raça, classe, orientação sexual, dentre outras categorias sociais. De acordo com Fanon (1983 apud,

SOUZA, 2009, p. 100) “o homem negro não é um homem, antes é negro, não tem sexualidade, tem sexo”.

O processo de racialização do corpo posicionando o homem negro em lugar na pirâmide social de subalternidade que serviria como manutenção da masculinidade branca heterossexual:

O homem negro não é um homem. Como nos lembra Fanon (1983), no imaginário ocidental, um homem negro não é um homem, antes ele é um negro e como tal não tem sexualidade, tem sexo, um sexo que desde muito cedo foi descrito no Brasil como atributo que o emasculava ao mesmo tempo em que o assemelhava a um animal em contraste com o homem branco (SOUZA, 2009, p. 100)

A racialização passou não só pela epiderme, mas a genitália foi um centro considerável deste processo que marca as relações entre negros e brancos (SOUZA, 2009). Os atributos criados para emasculação dos corpos de masculinidades subalternizadas servem como construção e manutenção das masculinidades hegemônicas. A hipersexualização do corpo negro é uma característica de emasculação, estereótipo pertinente devido aos processos da colonialidade do poder e colonialidade do ver, por meio das visualidades culturais na propagação de estereótipos, estigmas e preconceitos na desqualificação da masculinidade negra.

5.2.3 - Sexualidade: O dispositivo de poder e a produção de corpos educados

A sexualidade é uma construção inacabada, ou seja, instável, constante ao longo do processo vital dos corpos (LOURO, 2015). Visualizada nas relações sociais e seu contexto como um aspecto inato dos sujeitos, naturalizada, “fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política” (p. 11). A complexidade da sexualidade envolve discursos, práticas, corpos, violências, territórios (pois, a sua expressão é destinada ao privado), identidades de gênero, sexuais e sociais. Demarcar o seu caráter como uma categoria sexual construída social e culturalmente, implica em desnaturalizar e desconstruir as relações de poder envolvidas na construção desse “*dispositivo histórico*” como nos lembra Foucault (1988). Segundo Foucault (1993 apud Louro, 2015) o dispositivo se constitui como:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas [...] o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1993, p. 244).

A *homossexualidade* e o sujeito *homossexual* são construções sociais do século XIX (LOURO, 2015), nas quais instituições imbui significações na prática e ao corpo do sujeito. Essas construções discursivas são carregadas de relações de poder e força produzindo saberes ideológicos, políticos e éticos. O poder age sobre os corpos a fim de enquadrá-los em lógicas de normas sociais de gênero e sexualidade. A colonização de territórios extra europeu trouxe consigo não apenas um projeto político-econômico baseado na perspectiva de raça e gênero, mas também uma ideologia de sexualidade “perfeita” - *heterossexualidade*. A heterossexualidade é construída a partir da homossexualidade, pois a partir da homossexualidade a heterossexualidade se declara e se sustenta (LOURO, 2015). A categoria serve como referência para a sua dicotomia hétero ao mesmo tempo em que é subjugada. A partir da subjugação a heterossexualidade se afirma e se define enquanto tal segundo a autora.

A partir disso a pedagogia da sexualidade (LOURO, 2015) atuará sobre os corpos a fim de encaixá-los em lógicas binárias - masculino e feminino, homo e hétero - tendo como padrão um único modelo de sexualidade. A cultura é um importante fator de destaque na produção dos corpos e de identidades sociais e sexuais, pois “*os corpos são significados pela cultura e por ela alterados* (LOURO, 2015). Demarcando os caminhos das identidades sociais e sexuais construídas socialmente e com recortes históricos, outros marcadores são fixados nos corpos dos sujeitos sociais, onde suas identidades são vistas de forma fixas, estáveis. Mas, “somos sujeitos de muitas identidades” (LOURO, 2015). Uma perspectiva interseccional é fundamental na compreensão e complexidade das sexualidades. A identidade sexual está agregada a outras categorias identitárias que sem elas não será possível de dar conta das experiências dos sujeitos e suas trajetórias de vida imbricadas aos marcadores sociais da diferença:

Nossas identidades de raça, gênero, classe, geração ou nacionalidade estão imbricadas com nossa identidade sexual, e esses vários marcadores sociais

interferem na forma de viver a identidade sexual elas são, portanto, perturbados ou atingidos, também, pelas transformações e subversões da sexualidade (LOURO, 2015, p. 31).

O sujeito como corpo carregado de múltiplas identidades rompe com uma lógica de identidade única e fixada. É refutada por meio das construções sociais e históricas que leva em consideração categorias que compõe e constroem os corpos relacionando diferenças a hierarquias sociais atravessados pelas relações de poder. Weeks (2015) propõe pensar de como essas categorias modelam a sexualidade. Ou seja, por mais que uma categoria universalizada tendo colocado os sujeitos categorizados enquanto *homossexuais* em uma “caixa”, encaixando todos em um mesmo termo e prática, esses corpos vivem de maneira diferenciada a sexualidade.

A sexualidade como processo histórico e construto social, compreendida por muitos apenas aos limites psicológicos e biológicos, normalizada e produzida por enunciados científicos que se constituem enquanto *epistemes* requer visualidades interdisciplinares que proporciona concebê-la enquanto questão social, cultural e política, demarcando produções acerca do termo, da prática e dos corpos já que tal prática e categoria foram universalizadas.

6. METODOLOGIA

Um dos primeiros passos iniciais na realização da pesquisa é a escolha do local segundo Angrosino (2009). O campo de pesquisa do projeto é o contexto acadêmico unilabiano (campus dos Palmares), situado na cidade de Acarape, no interior do Estado do Ceará, região Maciço de Baturité. Os interlocutores que compõem e constroem juntamente com a pesquisadora a produção desta epistemologia são homens negros gays jovens.

A metodologia a ser utilizada neste projeto de pesquisa será por meio dos métodos de **etnografia**, **observação participante** e o modelo de **entrevista semi-estruturada**. A etnografia será uma ferramenta fundamental para coleta de dados como de uma vivência de campo na interpretação/compreensão das experiências sociais e pessoais dos interlocutores. A observação participante contribuirá na compreensão da vivência conjunta com os interlocutores que em conexão construiremos a pesquisa. O modelo de entrevista semi-estruturada atuará como técnica de coleta de dados subjetivos e triangulação dos mesmos. Uma comparação entre performances e oralidades, ou o que é dito e o que feito. Mas, antes de adentrar ao campo alguns pontos são necessários para que o pesquisador/a desenvolva uma sensibilidade do fazer pesquisa.

Oliveira (1996) destaca três pontos como necessários no *métier*, ou seja, ofício do antropólogo que se resume ao *olhar, ouvir e escrever*. Propondo o questionamento e/ou problematização desses três atos cognitivos ou “faculdades do entendimento” até então vistos como comuns, naturalizados. Todos os três são fundamentais. O olhar e ouvir “ambos se complementam e servem para o pesquisador como duas muletas (que não nos percamos com essa metáfora tão negativa...) que lhe permitem o caminhar, ainda que tropeçadamente, na estrada do conhecimento (p.18)”. O ouvir é uma faculdade que precisa ser trabalhada. Aprender a descartar os ruídos e estar atento à escuta que perpassa uma observação ou mesmo uma técnica de pesquisa como a entrevista. O terceiro ato é o escrever. Esse é uma continuação dos dois primeiros. É o “estando aqui” que promove uma textualização sobre os fenômenos socioculturais observados (p. 23). O ato de descrever as observações em campo em diálogo com os pressupostos epistemológicos do pesquisador (a).

Um ponto trago por Oliveira sobre processo da pesquisa e de sua construção é da relação pesquisador e entrevistado, buscando repensar o modo de conexão que se dá entre ambos. Transformar a noção de “informante”, onde se tem uma interação ilusória

na pesquisa para interlocutor produz uma nova modalidade de relação. Promovendo assim um encontro etnográfico (p. 21).

A etnografia segundo Angrosino (2009) “é a arte ou ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (p. 30). Um método baseado *in loco*, ou seja, na pesquisa de campo – “estando lá”. A etnografia e a observação participante são práticas que devem ser associadas na arte do fazer pesquisa e construir conhecimento. Sem uma observação participante na etnografia o (a) pesquisador (a) continua em um status de estudioso pelos seus (suas) interlocutores (as), mero pesquisador (a), que não desenvolve uma relação para, além disso, com os (as) seus (suas) interlocutores (as) (ANGROSINO, 2009). Ou seja, uma posição de hierarquia.

Mas na observação participante os membros da comunidade estudada concordam com a presença do pesquisador entre eles como um vizinho e um amigo que também é, casualmente, um pesquisador. O observador participante deve, então, fazer o esforço de ser aceitável como pessoa (o que vai significar coisas diferentes em termos de comportamento, de modos de viver e, às vezes, até de aparência em diferentes culturas) e não simplesmente respeitável como cientista (ANGROSINO, 2009, p. 33).

O *in loco* como característica do método etnográfico possibilita o desenvolvimento de uma relação para além de pesquisador (a) e interlocutor (a), mesmo que em tal momento da pesquisa isso seja bem explícito. Mas, proporciona uma conexão diferenciada na produção do conhecimento. Um conhecimento produzido em interação, experiências e vivências com seus interlocutores (as). Presumo a “quebra” de certo modo da relação hierárquica entre ambos, como Oliveira (1996) sobre a transformação da noção de “informante” para interlocutor.

A observação participante inclusa na etnografia “é um contexto comportamental a partir do qual um etnógrafo usa técnicas para coleta de dados” (p. 34). Um comportamento, prática que complementa o método da etnografia e sua forma de produzir epistemologias. A observação participante é antes de tudo uma estratégia que facilita a coleta de dados no campo (Bernard, 1988, p. 150 apud Angrosino, 2009). Mas, ao mesmo tempo em que se realiza a observação participante pode-se utilizar outra técnica de coleta de dados, mas que não se perca a prática da observação (p. 77).

Este referido projeto trabalhará com a narrativa dos sujeitos por meio de suas vivências e experiências interpessoais e sociais. A entrevista entra então como outra

técnica de função qualitativa na coleta de dados. Uma técnica que articulada com a observação participante proporciona uma triangulação dos dados coletados em campo:

[...] observa-se a vida como ela é vivida em seu cenário natural e os resultados da observação são constantemente checados e comparados com a informação oriunda de entrevistas, pesquisas em arquivos, etc. Esse processo de triangulação, que como vimos é intrínseco à etnografia em geral, dá uma boa margem de segurança contra os vieses que podem advir da observação “pura” [...] (ANGROSINO, 2009, p. 82 – 83).

A observação é uma técnica essencial no fazer etnografia, mas articulado com outras proporciona um suporte de verificação e/ou comparação entre o que foi feito e o que dito. E a narrativa como produto de um método etnográfico, como explícito por Angrosino (2009), proporcionará uma interpretação/compreensão sobre suas construções e significações narradas.

A técnica de entrevista utilizada como coleta de dados por meio das narrativas dos interlocutores será o modelo da **semi-estruturada**. Utilizando aqui a ferramenta entrevista como uma fonte de coleta de dados subjetivos (BONI; JUREMA, 2005, p. 72), pois as performances estão ligadas a significações dos sujeitos. Esse modelo conta com perguntas abertas e fechadas, perguntas que já foram definidas pelo pesquisador (a), fazendo com que no ato da entrevista possa ir direcionando o assunto quando ver que os objetivos possam não estar sendo contemplados. Mas, que possibilita um espaço de fala aberta ao interlocutor no ato da entrevista sobre um determinado tema. Um exercício de alteridade, ou seja, a escuta do outro (OLINDA, 2010).

Mas, para que tal técnica possa se efetivar um contato diferenciado será realizado. A utilização de uma língua, ou mesmo falar o mesmo idioma do interlocutor, deixando de lado seu “capital cultural” ou mesmo descendo do pedestal, como proposto por Bourdieu (1999, apud BINO; QUARESMA, 2010) será uma ferramenta de aproximação, facilitando assim um contato inicial.

Na comunidade LGBT, vários sujeitos utilizam de palavras da linguagem presente no *Pajubá* (como a que compõe o título do protejo – **acuendar**, que significa prestar atenção) dicionário criado pelas travestis como arcabouço de prática de resistência e identidade que possui fortes influências das religiões de matrizes africanas e afro-brasileira, se torna uma metodologia eficaz na construção do diálogo, assim como assuntos que contemplem a realidade dos interlocutores, no que diz respeito à questão racial, de sexualidade e/ou experiências pessoais/sociais que envolvam esses

marcadores citados na fundamentação teórica. Como os interlocutores circulam no mesmo território a facilidade de encontro e construção de diálogo e comunicação se tornará mais fácil.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de pesquisa com o título acima explícito emerge como uma perspectiva de justiça social democrática, se teorizando sobre as hierarquias da interseccionalidade compreendendo como os marcadores sociais da diferença foram construídos socialmente e com recortes históricos, atuam sobre os corpos produzindo subordinações, hierarquias, atravessados pelas relações de poder. As trajetórias de vida e construções de narrativas dos corpos, em específico dos interlocutores, são perpassadas por marcadores sociais, gerando assim experiências no meio social de opressão, discriminação e resistência. Assim como compreender o que para eles se constitui como solidão junto as categorias analíticas e suas redes de afetividades nas relações interpessoais e sociais.

Compreendendo os corpos como portadores de múltiplas identidades, promoverá que a lógica da universalização ocidental de que todos que estão em uma mesma categoria, homem, gay, negro, partem do mesmo lócus social que naturaliza e generaliza as experiências sociais dos sujeitos seja desnaturalizada. Mas, refletir, teorizar e solucionar como essas categorias foram criadas e geram situações de dominação. A partir das especificidades dos sujeitos a geração de políticas públicas se torna uma ferramenta de exercício na prática.

As narrativas dos corpos estigmatizados, estereotipados e oprimidos são potências de denúncia do corpo político sobre um sistema de opressão. Dando não só visibilidade aos corpos, mas a existência deles em si.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- CONNEL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016. P. 94
- CONNEL, Robert. **Políticas da masculinidade**. Educação e Realidade, 20 (2), ju./dez, 185 – 206. 1995.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis: Editoras Vozes, 2017. Introdução e Capítulo 1.
- MBEMBE, Achille. “A questão da raça”. In: **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- MUNANGA, Kabengele. “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade étnica”. In: **Cadernos PENESB, UFF, Niterói, Editora da UFF, n. 15, p. 15 – 34, 2004**.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NOGUEIRA, Conceição. **A teoria da Interseccionalidade nos estudos de gênero e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica**. Florianópolis (SC): ABRAPSO, 2013.
- SARDENBERG, Cecília. **Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?** Em: SARDENBERG, C.; COSTA, A.A.A (orgs.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM - FFCH/UFBA, 2002.
- SCHARRCZ, Lilia. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870 – 1930**. São Paulo: Cia. Das letras, 1993. Introdução e Capítulo 1.
- SOUZA, Rolf Ribeiro de. **As representações do homem negro e suas consequências**. Rio de Janeiro. Fórum identidades, v. 3, n., p. 98 – 115, 2009.

BELIZÁRIO, Fernanda. **Por uma teoria queer pós-colonial: colonialidade de gênero e heteronormatividade ocupando as fronteiras e espaços de tradução.** Coimbra: Grácio Editor, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho** – Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. P. 55 - 79

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino:** dominação das mulheres e homofobia. Revista Estudos Feministas, 2001, vol. 9, n.2, PP 460 – 482.